



BOLETIM LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

**Câmara discute
orçamento da
Secretaria de
Educação e da
MultiRio para 2021**
pág. 2

LEIA NESTA EDIÇÃO:

**LOA 2021: pasta quer
recuperar estações de
BRT e instalar novos
corredores BRS** pág. 4



**Câmara Rio Notícias
completa 800 edições**
pág. 7

**LOA 2021: parlamentares
debatem proposta de
Urbanismo**
pág. 6



**Direitos de servidores
podem ser preservados**
pág. 8



Câmara discute orçamento da Secretaria de Educação e da MultiRio para 2021

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal do Rio de Janeiro realizou uma audiência virtual nesta terça-feira (20) para debater a estimativa de receitas e despesas da Secretaria Municipal de Educação (SME) e da Empresa Municipal de Multimeios Ltda. (MultiRio). O [Projeto de Lei nº 1.943/2020](#) prevê R\$ 7,063 bilhões para a Educação, que tem 643 mil alunos e 54 mil profissionais em 1543 escolas. Além dos membros da comissão, vereadores [Rosa Fernandes](#) (PSC), [Rafael Aloisio Freitas](#) (Cidadania) e [Prof. Célio Lupparelli](#) (DEM), participaram os vereadores [Tarcísio Motta](#), [Renato Cinco](#) e [Leonel Brizola](#), todos do PSOL, além de representantes da Secretaria Municipal de Fazenda e da Controladoria do Município. A titular da pasta, Talma Romero Suane, ressalta que o orçamento da Prefeitura para a Educação em 2021, um dos maiores do município, é um grande desafio devido à necessidade de aumentar despesas num cenário de queda da arrecadação. “Precisaremos de mais recursos para adequação e manutenção das escolas aos protocolos sanitários, aquisição de equipamentos, reformas nos lavatórios, compra de materiais de higiene, continuidade do ensino remoto, aulas de reforço escolar, alimentação, compra de nova infraestrutura tecnológica, patrocínio de pacotes de dados de internet, adicional da folha salarial para garantir aulas de recuperação em horário de aprendizado estendido e manutenção da abertura das escolas nos finais de semana”, pontuou.

Já Cláudio Elias da Silva, presidente da MultiRio, destacou dois projetos realizados pela empresa como os mais importantes: o “curso de vídeoaula sem complicação” e a “Escola.Rio”, que transmite aulas da educação infantil à educação de jovens e adultos (EJA), ambos projetados para atender às necessidades da SME.

Misael Saad Maia, subsecretário de Planejamento e Execução Orçamentária da SME, explicou que há um atraso no processo de climatização das escolas devido à mudança de prioridade nos gastos do governo ocorrida no combate à Covid-19.





Quanto à despesa de pessoal sobre o total de recursos da secretaria, Misael disse que o gasto representa mais de 86% do orçamento, restando cerca de 13% para custeio e investimentos. O técnico comemorou a conti-

nuidade do Fundeb, por representar uma possibilidade de novos recursos.

A presidente da comissão, Rosa Fernandes, questionou o fato de a queda orçamentária da Secretaria de Educação ser maior do que a queda geral do orçamento, 5,37% contra 4,73%, o que representa menos R\$ 400 milhões para a pasta. Talma disse que a distribuição de recursos é uma decisão de governo, que coube à secretaria a redução de custos para fazer frente à pandemia.

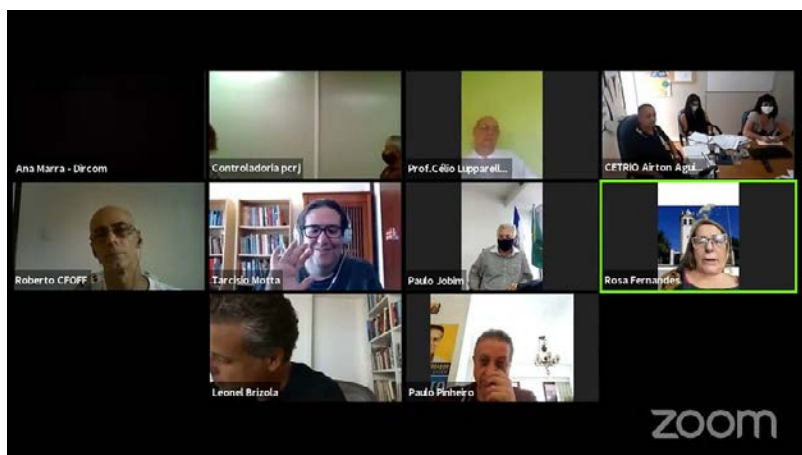
Por fim, atendendo a questionamentos de Leonel Brizola, Renato Cinco, Tarcísio Motta e Paulo Pinheiro, Talma disse que serão destinados recursos do orçamento para os programas de distribuição de calçados e absorventes. Além disso, afirmou que há entre 10 e 15 mil crianças na fila de espera das creches, cujos valores de repasse serão discutidos individualmente, e que a secretaria está resolvendo a questão dos Ônibus da Liberdade, cujo contrato não pode mais ser prorrogado. Sobre o aumento de R\$ 30 milhões entre agosto e setembro com gastos de merenda escolar, Talma explicou que o empenhamento decorreu das ações de segurança alimentar para contemplar universalmente todas as matrículas, sendo distribuídos cartões de alimentação por duas vezes a todos os alunos.

A próxima audiência pública para discutir o orçamento acontece na quinta-feira (22), às 12h, com a Secretaria Municipal de Envelhecimento Saudável, Qualidade de Vida e Eventos; Fundação Parques e Jardins e Secretaria Municipal de Meio Ambiente.



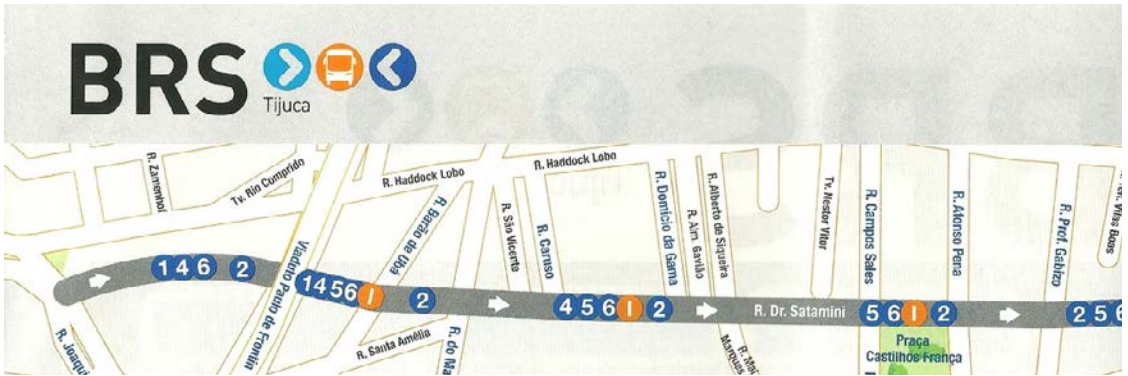
LOA 2021: pasta quer recuperar estações de BRT e instalar novos corredores BRS

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira realizou audiência pública, nessa segunda-feira (19), com a finalidade de discutir o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021, referente à Secretaria Municipal de Transportes (SMTR), que terá o orçamento de R\$ 205 milhões. A pasta pretende instalar novos corredores BRS na cidade e desta-



ca a recuperação de estações do BRT. O detalhamento está previsto no [Projeto de Lei nº 1.943/2020](#), já incluído na Ordem do Dia para votação. Durante a audiência, estudantes cobraram a liberação do Bilhete Único Universitário (BUU) e o secretário prometeu tentar agilizar o processo. O responsável pela pasta, secretário Paulo Jobim Filho, destaca que a cidade vive a sua pior crise de mobilidade dos últimos 50 anos. “Temos que olhar para as novas situações de mobilidade para adaptar ao novo normal, temos projetos para ampliar os corredores BRS, dando maior fluidez ao trânsito, e ampliar as ciclofaixas”, afirmou. O secretário Paulo Jobim Filho ainda parabenizou os servidores pelo empenho e destacou que entre 70 e 80 agentes fiscalizam as garagens dos ônibus.

A subsecretária de Gestão e Planejamento, Marcia Maria Oliveira Revore-



do, destaca o plano de implementar mais 3 corredores de BRS, nas ruas São Francisco Xavier, Praia do Flamengo e Bartolomeu Mitre.

A presidente da Comissão, vereadora [Rosa Fernandes](#) (PSC), afirma que em determinadas áreas da cidade não há mais circulação de ônibus, impedindo a população de acessar equipamentos públicos, como creches e clínicas da família. A parlamentar ainda criticou a quantidade de estações do BRT destruídas e a falta de pintura no asfalto em vias da cidade.

Já o vereador [Prof. Célio Lupparelli](#) (DEM), também membro da Comissão, destaca que a região de Jacarepaguá precisa de um estudo sobre a mobilidade e critica o estado das ciclovias no bairro.

O vereador [Tarcísio Motta](#) (PSOL) cobrou a liberação do Bilhete Único Universitário (BUU), uma vez que alguns estudantes já retornaram para as atividades presenciais. O secretário Paulo Jobim Filho informou que precisa receber os dados das universidades sobre quais estudantes estão em atividade presencial para fazer a reintrodução ao benefício e se comprometeu a cobrar mais agilidade na condução do processo. Para o vereador Tarcísio Motta, a Prefeitura deveria liberar o BUU para todos os estudantes, já que não consegue depurar a informação a tempo.

O parlamentar ainda indagou sobre a quantidade de multas arrecadadas pela Prefeitura. Segundo Paulo Jobim Filho, foram realizadas 320 ações de fiscalização que resultaram na aplicação de 4, 5 mil multas aos consórcios BRT e 77 aos demais modais, com arrecadação de R\$ 1, 5 milhão em multas recolhidas em todos os modais, até setembro de 2020. O secretário destaca que, neste ano, houve dilação de prazos de recurso por causa da pandemia. O vereador [Paulo Pinheiro](#) (PSOL) perguntou sobre a quantidade de estações do BRT fechadas e linhas de ônibus que pararam de circular. Os técnicos da pasta esclareceram que o sistema BRT possui 134 estações ao todo, sendo que 23 estavam vandalizadas e foram recuperadas, mas 33 ainda permanecem fechadas. Das 230 linhas denunciadas junto à Prefeitura porque pararam de circular, 77 já retornaram ao serviço devido às cobranças da pasta.



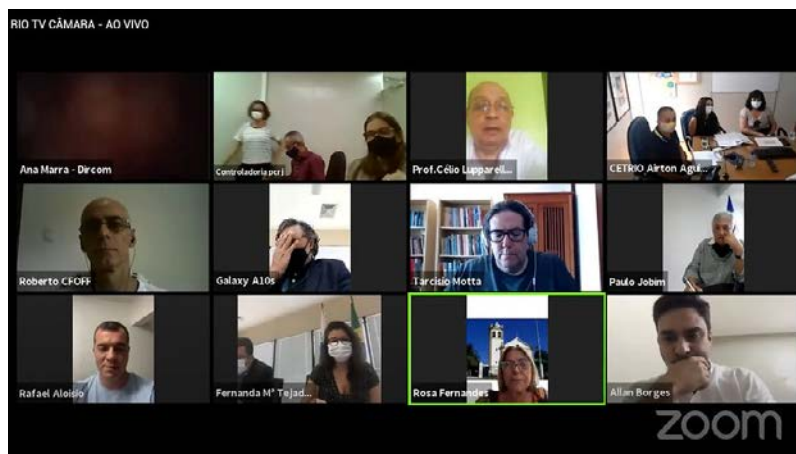
LOA 2021: parlamentares debatem proposta de Urbanismo

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira realizou audiência pública, nessa segunda-feira (19), com a finalidade de discutir o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021, referente à Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU). Parlamentares criticaram a falta de fiscalização de obras e ocupações ilegais e também cobraram mais transparência nos processos do órgão. A pasta terá o orçamento de R\$ 71 milhões no próximo ano, sendo R\$ 55 milhões para despesas de pessoal e encargos pessoais. O detalhamento está previsto no [Projeto de Lei nº 1.943/2020](#), já incluído na Ordem do Dia para votação. A vereadora [Rosa Fernandes](#) (PSC), presidente da Comissão, criticou a falta de fiscalização em obras e ocupações irregulares na cidade e cobrou o andamento das atividades administrativas na pasta. Segundo a vereadora, existem 20 mil processos parados, alguns de 3 ou 4 anos atrás, com todas as exigências cumpridas. A parlamentar perguntou sobre as ações da pasta visando ao aumento de arrecadação. Segundo a secretária Fernanda Maria da Silva Fernandez Tejada, cerca de 18% dos custos de uma obra são impostos municipais, como ISS, ITBI e IPTU, mas a informação sobre os valores exatos arrecadados por meio de cada tributo pode ser solicitada à Secretaria de Fazenda.

O vereador [Tarcísio Motta](#) (PSOL) condenou a falta de informação sobre o planejamento da cidade para o próximo ano. O parlamentar também indagou sobre o montante arrecadado com os incentivos para pagamento da contrapartida para o licenciamento e a legalização de construções e acréscimos nas edificações na forma da [Lei Complementar nº 219/2020](#).

Segundo os técnicos da pasta, foi arrecadado o valor total de R\$ 128 milhões, incluindo as receitas de contrapartida de obras, multas e outras verbas. A estimativa é chegar a R\$ 200 milhões até o final do ano.

O vereador [Leonel Brizola](#) (PSOL) destaca que a previsão do chefe do Poder Executivo era arrecadar R\$ 600 milhões somente com as contrapartidas para o licenciamento e a legalização de construções e acréscimos nas edificações.



Câmara Rio Notícias completa 800 edições



O telejornal da Rio TV Câmara completou a edição de número 800 na última quinta-feira (15), informando diariamente notícias atualizadas sobre a cidade e o Legislativo municipal. Criado em 2017, o Câmara Rio Notícias (CRN) leva ao cidadão a cobertura das sessões plenárias, o trabalho das comissões permanentes e temporárias, e as ações dos parlamentares dentro e fora do Palácio Pedro Ernesto. O diretor-geral da Rio TV Câmara, Hélio Araújo, afirma que a criação do telejornal era uma necessidade. Segundo ele, os vereadores procuram a TV para falar e são assíduos nos diversos programas que o canal oferece. “A Rio TV Câmara existe porque existem os vereadores, o que fazemos é um elo para que o parlamentar leve suas ideias e projetos para a população”. O telejornal traz ainda reportagens sobre diversos assuntos relevantes para o carioca. O objetivo é tornar a programação mais interessante ao telespectador, que pode assistir a um conteúdo não relacionado diretamente ao parlamento e depois permanecer no canal conhecendo o trabalho dos vereadores. “A ideia da criação do CRN era ter um telejornal informativo que desse notícias, não só da Câmara, mas também abrangendo assuntos da cidade como um todo. Mostrar além das sessões e audiências públicas, também turismo, cidade, segurança, saúde e infraestrutura, para tornar o telejornal um pouco mais atrativo ao telespectador”, afirma o diretor-geral Hélio Araújo. Mesmo durante a pandemia o trabalho do CRN não foi interrompido. As entrevistas ganharam um formato diferente e começaram a ser realizadas de forma virtual por meio do Boletim CRN #EmCasa. Já a partir de agosto, a programação passou a ser híbrida e os repórteres voltaram às ruas obedecendo as regras de distanciamento e uso das máscaras, mas algumas entrevistas permanecem via internet. A programação da Rio TV Câmara pode ser acompanhada pela TV Aberta por meio do Canal 12 da NET, o canal do YouTube e o canal 10.3 a partir da meia-noite. Para o futuro, o jornal CRN terá um novo horário, com duas edições por dia, aumentando o espaço do noticiário. A edição completa do CRN 800 está disponível no YouTube por meio do link <https://bit.ly/3ktOafP>



Direitos de servidores podem ser preservados



Os parlamentares aprovaram em segunda discussão o [Projeto de Lei nº 1.883/2020](#), de autoria dos vereadores [Jones Moura](#) (PSD) e [Prof. Célio Lupparelli](#) (DEM), que preserva os direitos dos servidores públicos afetados pela Lei Complementar Federal nº 173/2020. A medida seguiu para sanção ou veto do Poder Executivo.

A proposta do vereador assegura aos servidores e empregados públicos do município – do Poder Legislativo e Executivo – a revisão geral anual da remuneração dos servidores que, segundo a legislação municipal, somente ocorre quando o comportamento da receita é capaz de suportar o aumento da despesa.

Também ficará garantida a contagem do tempo de efetivo exercício para todos os efeitos: estágio probatório, aposentadoria, progressões, promoções, concessão de triênios, anuênios, quinquênios ou gratificações e licença especial, entre outros, desde que os direitos tenham sido criados antes das limitações impostas pela Lei Complementar Federal nº 173/2020.

O autor do Projeto afirma que a matéria foi ajuizada por diversos entes e o Poder Judiciário já está reconhecendo o direito em alguns casos, uma vez que legislar sobre garantias do servidor municipal é matéria de competência do município. Portanto, a lei federal provoca a Câmara Municipal e as outras câmaras do país para se manifestarem quanto à regulamentação dessa restrição dos direitos.

“É necessário, oportuno e conveniente esclarecer, por lei municipal, que os direitos não podem ser afetados pelas vedações da lei federal, principalmente, acerca do alcance da suspensão de diversos mecanismos que garantem direitos prévios e legalmente instituídos”

**Jones Moura (PSD) e
Prof. Célio Lupparelli (DEM)**





BOLETIM LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Boletim Legislativo:

Publicação da Assessoria
de Comunicação Social da
Câmara Municipal do Rio
de Janeiro

Jornalista Responsável:

Anette Silva
788/DRT - PA

Assessora de Imprensa:

Elza Calazans

Editor:

Flavio Oliveira

Jornalistas:

Alexandre Fernandes
Claudia Costa

Mariana Mazza

Michele Victor

Verônica Mondarto

Arte e Fotografia:

Adriana Andrade

Antonio Molisani

Eduardo Barreto

Flávio Marroso

Renan Olaz

Diagramação:

Adriano Souza

João Guimarães

Leandro Müller Lima

Estagiários:

Ana Luiza Abreu

Júlia Maia

Rachel Mattos

www.camara.rj.gov.br

